



## O PROCESSO DE (DES)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA: O OLHAR DE PROFESSORES E ALUNOS EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ – CE

*Kegislânia Ferreira Martins<sup>1</sup>*

*Cristiane Sousa da Silva<sup>2</sup>*

**Resumo:** Neste trabalho abordamos a temática racial no contexto escolar, a partir da visão tanto dos professores como dos alunos. O objetivo é verificar de que forma o trabalho do professor interfere na (des)construção da identidade negra dos alunos em sala de aula. A proposta metodológica trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa de cunho descritivo e exploratório e o contexto investigado foi alunos e professores da Escola Pública de Ensino Fundamental Antônio Martins de Almeida, localizada em Quixadá-CE, tendo como técnica de coleta de dados questionário e entrevista. Percebemos que a escola tem papel importante na formação da identidade negra dos alunos, porém, ainda não é uma prática comum e ativa na didática dos professores, é notório também o quanto as questões raciais ainda são silenciadas e invisibilizadas no ambiente escolar.

**Palavras-chave:** identidade negra; racismo; escola.

### THE (DE)CONSTRUCTION PROCESS OF BLACK IDENTITY IN SCHOOL: THE TEACHERS AND STUDENTS VIEW IN A TOWN SCHOOL OF QUIXADÁ-CE

**Abstract:** In this work we approach the racial theme in the school context, from the perspective of both teachers and students. The objective is to verify how the work of the teacher interferes in the (de) construction of the black identity of the students in the classroom. The methodological proposal is a quantitative-qualitative research of descriptive and exploratory nature and the context investigated was students and teachers of the Public School of Primary Education Antônio Martins de Almeida, located in Quixadá-CE, having as technique of data collection questionnaire and interview. We realize that the school has an important role in the formation of the black identity of the students, but it is not yet a common and active practice in the didactics of teachers, it is also clear how racial issues are still silenced and invisible in the school environment.

**Key-words:** black identity; racism; school.

### LE PROCESSUS DE (DES) CONSTRUCTION DE L'IDENTITÉ NOIRE À L'ÉCOLE: L'APPARITION DES ENSEIGNANTS ET ÉTUDIANTS DANS UNE ÉCOLE DANS LA MUNICIPALITÉ DE QUIXADÁ – CE

**Résumé:** Dans ce travail, nous abordons le thème racial dans le contexte scolaire, du point de vue des enseignants et des élèves. L'objectif est de vérifier comment le travail de l'enseignant interfère dans la (dé) construction de l'identité noire des élèves dans la salle de classe. La proposition méthodologique est une recherche quantitative-qualitative de nature descriptive et exploratoire et le contexte étudié était les étudiants et les enseignants de l'école publique d'enseignement primaire

<sup>1</sup> Psicóloga pelo Centro Universitário Católica de Quixadá - Unicatólica (2016)

<sup>2</sup> É doutoranda em Educação pela UFC. Trabalhou como professora universitária no INTA (2013-2014) e no Centro Universitário Católica de Quixadá (2013-2016).



Antônio Martins de Almeida, situé à Quixadá-CE, ayant comme technique de questionnaire de collecte de données et interview. Nous réalisons que l'école joue un rôle important dans la formation de l'identité noire des élèves, mais ce n'est pas encore une pratique courante et active dans la didactique des enseignants, il est également clair que les questions raciales sont encore silencieuses et invisibles dans l'environnement scolaire.

**Mots-clés:** identité noire; racisme; école.

### **EL PROCESO DE (DES) CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD NEGRA EN LA ESCUELA: LA MIRADA DE PROFESORES Y ALUMNOS EN UNA ESCUELA DEL MUNICIPIO DE QUIXADÁ - CE**

**Resumen:** En este trabajo abordamos la temática racial en el contexto escolar, a partir de la visión tanto de los profesores y de los alumnos. El objetivo es verificar de qué forma el trabajo del profesor interfiere en la (des) construcción de la identidad negra de los alumnos en el aula. La propuesta metodológica se trata de una investigación cuantitativa cualitativa de cuño descriptivo y exploratorio y el contexto investigado fue alumnos y profesores de la Escuela Pública de Enseñanza Fundamental Antônio Martins de Almeida, ubicada en Quixadá-CE, teniendo como técnica de recolección de datos cuestionario y la entrevista. Se percibe que la escuela tiene un papel importante en la formación de la identidad negra de los alumnos, pero aún no es una práctica común y activa en la didáctica de los profesores, es notorio también cuánto las cuestiones raciales todavía son silenciadas e invisibilizadas en el ambiente escolar.

**Palabras-clave:** identidad negra; racismo; escuela.

### **INTRODUÇÃO**

O presente artigo surgiu da motivação em entender as relações existentes no processo de (des) construção da identidade negra dentro da escola, bem como buscar maior compreensão em descobrir como a Psicologia também lida com esse contexto, além de investigar o posicionamento dos profissionais que trabalham diretamente ligados na formação dos alunos, quais sejam estes, os professores.

O principal objetivo deste estudo é verificar como o trabalho do professor interfere na (des)construção da identidade negra dos alunos em sala de aula, entendendo que é na escola que o aluno começa a buscar suas primeiras referências para um reconhecimento de si dentro da sociedade, além de descrever os aspectos envolvidos na formação da identidade negra dos alunos no contexto escolar e identificar como são trabalhadas pelo professor as relações raciais no ambiente escolar, assim, busca-se problematizar a influência da escola na formação da identidade negra.



O tema em questão trata-se de uma inquietação, tanto pessoal quanto acadêmica, por perceber que ainda existem poucos estudos que lidem com esse contexto. Observo que hoje, ainda existe invisibilidade do(a) negro(a) dentro da escola, o respeito às diferenças não tem sido um assunto em foco. Diante disso, entendo que a identidade negra é um processo construído histórico, social e culturalmente, mas que apresenta tanto aproximações como distanciamentos nesses diferentes contextos.

A escola é o espaço onde não só aprendemos conteúdos e saberes escolares, mas também valores, hábitos, ética, bem como preconceitos raciais, de gênero, de classe, etc. e formamos nossa identidade. Discutir a identidade negra no Brasil ainda é um processo complexo, pensar na identidade é discutir possibilidades, tendo em vista que ela é um constante exercício de construção e desconstrução. A identidade não é apenas pessoal, mas também social, bem como a identidade negra.

Visto a necessidade de atentar para a questão racial dentro da escola, foi criada a lei 10639\033, uma ação afirmativa, com novas didáticas e estratégias em sala, para valorizar a cultura afro-brasileira como parte da história do Brasil. Esta lei acrescenta um teor de sociedade democrática, justa e igualitária, para que desde o ingresso na escola possamos pensar abertamente na temática negra e nas relações do(a) negro(a) na sociedade.

### REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos assuntos mais discutidos na Psicologia é em relação ao processo de formação da identidade do ser humano. Segundo Erickson (1999), a formação da identidade acontece quando os pais começam a definir o nome, projetar o sexo, delinear profissão. A identidade não se inicia nem termina na infância ou adolescência, mas é um contínuo processo de formação. Para ele, a compreensão da identidade parte do propósito de que o indivíduo vê a si próprio separado e distinto, tendo o desejo de auto consistência, e de um sentimento de completude.

Erickson (1999) salienta a importância da integridade do eu (self), para que se possa ter clara a separação dos outros quanto à unidade do eu. O indivíduo carrega consigo aspectos já vivenciados no decorrer da infância e aquilo que almeja se tornar no futuro. Portanto, um elemento importante de uma identidade não é somente o individual ou o interno, e sim como o indivíduo compreende como os outros o veem, o coletivo, o externo. A identidade não é apenas pessoal, mas também social.

Hall (2001), afirma que a identidade do indivíduo não está determinada, unificada, esta identidade é um processo de construção em diferentes partes:

A identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Assim existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. Não devemos falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento (Hall, 2001, p.38).

De acordo com Munanga (2005), os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os indígenas, os mais discriminados. Na escola essa questão deve ser discutida, incluída no currículo, de forma que o aluno possa refletir, possa combater o preconceito, fazendo com que todos sejam e se sintam cidadãos em igualdade de condições.

Mesmo permitindo a entrada de todos na escola, o modelo de educação brasileira acaba não sendo inclusivo, pois muitos não saem aptos a enfrentarem a vida como verdadeiros cidadãos. Munanga (2005) argumenta que é preciso insistir que a sociedade brasileira é preconceituosa e discriminadora no que diz respeito à sua população negra. Nortear as questões voltadas para o racismo apenas no âmbito escolar não é suficiente, é necessário compreender dentro da formação profissional a relação da identidade negra para que assim seja possível a garantia de educação de qualidade.

A Lei nº 10.639/03 estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio, mas apesar da obrigatoriedade, ainda não é muito difundida entre os educadores

do país. A trajetória de normatização desta lei se introduz no processo de luta pela superação do racismo na sociedade brasileira e tem como personagens principais o Movimento Negro e os demais grupos e organizações que participam da luta antirracista. Apresenta também uma inclinação na postura do Estado, ao colocar em prática iniciativas e práticas de ações afirmativas na educação básica brasileira, percebidas como uma forma de retificação de desigualdades históricas que refletem sobre a população negra em nosso país.

A referida lei pode ser considerada como uma medida de ação afirmativa. As ações afirmativas são políticas, projetos e práticas públicas e privadas que objetivam a superação de desigualdades que alcançam historicamente determinados grupos sociais, sejam eles, negros, mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, entre tantos outros. Estas ações são sujeitas a avaliação e possuem caráter emergencial, principalmente no momento em que entram em vigor. Elas podem ser realizadas por meio de cotas, projetos, leis, planos de ação, etc. (Gomes, 2001).

Silva (2008), afirma a importância de se compreender a dimensão subjetiva do racismo, tendo em vista que somos seres em relação. Para a autora:

É necessário saber que as relações entre brancos e negros estão permeadas por representações que precisam sair do plano latente e vir para o plano da consciência. Isto também significa que ações envolvendo a dimensão subjetiva do racismo precisam ser introduzidas na pauta do Movimento Negro, descortinando o impacto da imagem que brancos e negros têm de si e do outro. Essas imagens manifestam-se por meio de atitudes, brincadeiras, chacotas, desrespeitos, humilhações. As ações que praticamos no cotidiano estão mediadas por fatores subjetivos que, na maioria das vezes, desconhecemos. Levar em consideração este aspecto será um passo importante para começarmos a compreender de que lugar se fala. A ideia é trabalhar a conexão entre percepção, sentimento, ação. Tal conexão poderá facilitar a busca de saídas mais satisfatórias (Silva, 2008, p. 16).

Faz-se necessário, então, que as pessoas se sensibilizem para avaliar suas atitudes cotidianas no que diz respeito às questões raciais, pois vivemos em um país onde a história é vista sob uma perspectiva não racista e não sexista. Porém, vale lembrar que a luta

contra as discriminações estão ganhando espaço na conquista dos direitos humanos. Segundo Oliveira (2008):

Na escola encontramos um caldeirão, no qual fervilham todas as etnias. A cultura brasileira está na sala de aula, principalmente na escola pública. Portanto, caberia à escola o compromisso fundamental de trabalhar a promoção da igualdade racial. E o que vemos? Um paradoxo: a escola é o espaço que não poderia discriminar, mas acaba sendo o que mais discrimina. Uma das origens desse paradoxo vem do fato de, por séculos, a escola ter trabalhado com um currículo de modelo europeu (Oliveira, 2008, p. 32).

Ainda para Oliveira (2008), a discriminação tem expulsado as crianças negras da escola na medida em que elas sofrem um desgaste frequente quando são chamadas de “negrinho” ou de “negrinha”. Muitas vezes, o professor sequer tem consciência do quanto isso dói na criança, e do quanto isso bloqueia seu aprendizado. Dessa maneira, cada vez que a criança negra vai para a escola ela é ridicularizada e tem sua complexidade diminuída a condições estereotipadas. O que provoca menos interesse pelos estudos, além da falta de interesse em ir para a escola, dificuldade de aprendizagem e evasão escolar.

Outra consequência da discriminação é o não pertencimento, ou seja, o aluno negro não se percebe representado na grande maioria dos livros didáticos. Como exemplo, a colaboração dos africanos na construção do país, composição da diversidade, valores culturais etc. Não percebe também o respeito por ele, pela sua origem familiar e social.

A opressão, a discriminação e a humilhação social que são produzidas pelas desigualdades têm sido objeto crescente de investigação da psicologia. O racismo presente nas relações étnico-raciais no Brasil é um fator determinante das desigualdades e produz humilhação social e sofrimento psíquico dos negros, além de justificativas naturalizantes das injustiças sociais, sendo importante evidenciar as contribuições da psicologia para o enfrentamento dessa problemática (Martins & Colosso, 2013, p. 120).

A Lei 10.639 por si só não é suficiente, é preciso qualificar o professor, afinal, poucos são sensíveis às questões raciais. O racismo é a principal causa das dificuldades educacionais dos alunos negros, por isso a escola pode e deve exercer um papel decisivo

no sentido de extinguir o racismo institucional, além de perceber a necessidade de um currículo multicultural, que leve em consideração todas as culturas.

O racismo ocasiona efeitos psicossociais prolongados sobre as pessoas. Como o racismo à brasileira não é transparente, para a pessoa negra, em geral, a sua identidade é multifacetada. Há certa ambiguidade na construção da sua identidade. Não há referencial nos livros didáticos, não há representatividade suficiente na televisão, e professores negros são poucos.

Oliveira (2008) destaca que identidade é o conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa. Consciência que alguém tem de si mesmo. Ela nasce da tomada de consciência do outro, é construída dentro de uma relação dialógica. Identidade étnica: “é o reconhecimento, por parte de indivíduos e grupos, de pertencer à determinada tribo ou povo. A existência de traços comuns como fenótipo, cultura e história é a base para a construção da identidade étnica”.

Outro conceito fundamental para este trabalho é o de racismo, que segundo Oliveira (2008), é a referência do comportamento do indivíduo à “raça” (etnia) a que pertence e, principalmente, o uso político de alguns resultados aparentemente científicos para levar à crença da superioridade de “um grupo sobre os demais, através de atitudes de discriminação e perseguição contra os grupos” que se consideram inferiores. No Brasil não existem leis segregacionistas, nem que proclamem oficialmente a inferioridade do povo negro. Mas uma das várias formas de perceber o racismo é verificar a situação de desigualdade e exclusão da população negra em relação à população branca.

A lei 10.639/03 é um passo institucional muito importante. É preciso voltar ao ponto de origem, reconstituir a trajetória do negro brasileiro e não podemos ensinar somente a História da Europa, mas também a História da África. Os livros didáticos de História apenas descrevem a condição do negro nesse lado do Atlântico. Ao revermos os conceitos, um novo paradigma se estabelece. O aluno através do ensino de História da África saberá que tem raízes em um continente chamado África, um conjunto de

ressignificações pessoais o levará a uma reconstrução de sua identidade e valorização da diversidade cultural (Jesus, 2012, p. 7).

Esse é o papel da escola que se baseia em pressupostos democráticos, entendemos que os reflexos da escravidão não foram de todos dissipados. A introdução da disciplina História da África na matriz curricular é peça importante nesse processo. A sociedade que queremos é uma sociedade plural onde convivem lado a lado diferentes religiões, orientações sexuais, origens e etnias. Nesse esforço a escola é um espaço privilegiado para discussões, estudos, reflexões e difusão dos princípios da diversidade por meio de atividades extracurriculares, acesso a exposições, reprodução de filmes sobre o tema. Tudo isso pode fazer com que o jovem elimine seu preconceito e adquira o respeito à diversidade (Jesus, 2012).

Faz-se necessário, ao longo da história, redefinir a questão racial, atribuindo-lhe o lugar das experiências cotidianas e pensar como o olhar do outro influencia a concepção dos indivíduos. Maria Lucia (2008) explica que a falta de reconhecimento da identidade provoca problemas na própria percepção do(a) aluno(a) negro(a) enquanto indivíduo e na identificação com seus iguais. Acrescenta que devemos pensar naquela criança que desde os seus primeiros anos até a vida adulta vive cotidianamente a discriminação. Quais são os impactos em sua vida pessoal? Como isso afeta seu corpo, suas emoções? Inseridas em uma cultura racista, o que você vai encontrar – seja nos meios de comunicação, seja nos livros didáticos – é a ideia de que aquele sujeito é menos (Silva, 2008).

Ainda de acordo com o pensamento de Silva (2008), o conceito de superioridade vai passando nas relações entre os sujeitos desde o nascimento. Ela destaca a importância da criação de espaços que viabilizem o compartilhamento desta dor gerada pelo racismo, de forma que as vítimas possam sair do lugar da solidão e se sintam acolhidas e fortalecidas o suficiente para se distanciarem de concepções individuais tão autodepreciadas e que são capazes de criar um ódio paralisante em relação a sua identidade racial.



Os professores devem trabalhar com as diferenças, aceitando a existência do racismo e enfrentando as experiências de humilhação que as crianças negras sofrem. Podendo ser realizado meio do acolhimento, da valorização dos elementos afrodescendentes e do resgate histórico positivado dessas comunidades. Os professores devem ter forte a noção de que ser negro(a) no Brasil não é fácil e que as demandas desta população dependem de um enfrentamento que questione as estruturas sociais e construam políticas de inclusão, definindo pautas específicas no combate às desigualdades.

Para Severino (2010), a escola tem como função criar oportunidades para que a criança expresse suas experiências, propiciando ao aluno aprofundar o seu processo de obtenção de conhecimentos, respeitando às questões culturais que cada um traz, a partir da qual se constrói a identidade dos alunos, resgatando suas origens e história, levando em consideração os direitos humanos, e favorecendo a convivência com o diferente. Deste modo, se não existir materiais pedagógicos que exemplifiquem com detalhes a história destes personagens, os livros didáticos podem acabar viabilizando na criança negra uma imagem negativa de si e de sua história.

Um aspecto relevante da intervenção da escola na formação da identidade da criança negra é a imagem do professor, conforme Severino (2010), porém, se sabe que há pouca capacitação da classe docente em relação ao tema. Desta forma, a escola ainda é um espaço no qual existem muitas discrepâncias, que a impossibilita de facilitar à criança negra, fundamentos favoráveis na construção de sua identidade.

### **METODOLOGIA**

A proposta metodológica deste trabalho trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa de cunho descritivo e exploratório.

Segundo Bogdan e Biklen (1994), a pesquisa qualitativa exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, de que tudo tem potencial para construir

uma pista que nos permita estabelecer uma noção mais esclarecedora do nosso objeto de pesquisa.

Barros e Lehfeld (2007), descrevendo sobre pesquisa descritiva, salientam que “na pesquisa descritiva realiza-se o estudo, a análise, o registro e a interpretação dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador”. Ela tem como finalidade observar\identificar, registrar e analisar os fenômenos sem que haja qualquer tipo de interferência do pesquisador relacionando-os com o fenômeno ou processo pesquisado.

Sobre pesquisa exploratória, vemos que ela “estabelece critérios, métodos e técnicas para a elaboração de uma pesquisa e visa oferecer informações sobre o objeto desta e orientar a formulação de hipóteses.” (Cervo e Silva, 2006, p.54). Nestas atividades, concentram-se as importantes descobertas científicas. Objetiva à descoberta, o achado, a elucidação de fenômenos ou a explicação daqueles que não eram aceitos apesar de evidentes.

Nesse sentido, o contexto investigado foi alunos e professores da Escola Pública de Ensino Fundamental Antônio Martins de Almeida, tendo como técnica de coleta de dados o questionário e a entrevista.

O levantamento de dados da parte quantitativa foi realizado a partir de um questionário considerando não apenas para coletar respostas sobre questões de interesse, mas também conhecer as percepções e opiniões dos sujeitos sobre o contexto racial no ambiente escolar. Foram criadas perguntas abertas, colocadas opções para marcação e espaço para respostas diferentes das colocadas pelo pesquisador, não restringindo então, a resposta do entrevistado.

A entrevista para Bogdan e Biklen (1994) consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas – embora possa envolver mais –, com objetivo de obter informações a respeito do seu objeto de pesquisa a partir do conhecimento que o outro possui. Ainda para esse autor, as entrevistas variam de acordo com a sua estrutura. A entrevista utilizada foi do tipo semiestruturada, que consiste em:



[...] entrevista muito aberta, o entrevistador encoraja o sujeito a falar sobre uma área de interesse e, em seguida, explora-a mais aprofundadamente, retomando os tópicos e os temas que o respondente iniciou. Neste tipo de pesquisa, o sujeito desempenha um papel crucial... (Bogdan; Biklen, 1994, p. 135).

Utilizamos a entrevista semiestruturada como uma das técnicas no recolhimento de dados do campo estudado, o que me permitiu um acompanhamento próximo do discurso e da concepção dos entrevistados acerca do trabalho do professor e sua interferência na (des)construção da identidade negra dos alunos em sala de aula.

A pesquisa foi realizada na Escola Pública de Ensino Fundamental Antônio Martins de Almeida, localizada na Serra do Estevão, no município de Quixadá, Ceará. A escolha desta escola foi feita a partir de trabalhos que já vem sendo desenvolvidos pelo Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Psicologia, Arte e Educação (GEPAE), o qual faço parte, onde estão sendo trabalhadas oficinas de empoderamento juvenil com temas da atualidade.

Os questionários foram aplicados com cinco alunos do fundamental II com idade entre 12 e 17 anos, que fazem parte do projeto Saúde e Prevenção nas Escolas na função de multiplicadores e as entrevistas foram realizadas com três professores que lecionam as disciplinas de História (nesta disciplina há obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrodescendente de acordo com a lei 10.639), Português e a coordenadora pedagógica que tem formação em Pedagogia. A análise das entrevistas será apresentada no decorrer deste trabalho.

Para interpretar os dados colhidos na pesquisa de campo, embasei-me na técnica de análise do conteúdo, que, segundo Franco (2003), consiste na relação que vincula a emissão das mensagens, quer sejam palavras, textos ou discursos que, necessariamente, expressam um significado e um sentido. A definição das categorias não se deu a priori, mas emergiu da “fala”, do conteúdo das respostas, do discurso, e se constituiu em três categorias, que foram: “escola e identidade negra”, “racismo na escola” e “formação continuada e relações étnico-raciais”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, serão expostos os resultados obtidos por meio da coleta de dados, primeiramente o questionário realizado com os alunos e posteriormente a entrevista feita com os professores. O questionário está unificado, já que existem perguntas que se complementam. A entrevista foi dividida em três categorias que foram: “escola e identidade negra”, “racismo na escola” e “formação continuada e relações étnico-raciais”.

Ao iniciar o questionário com os alunos, foi perguntado qual a sua cor, dos cinco, um respondeu que era branco, um preto, dois disseram que eram pardos e um afirmou ser negro. Dos cinco alunos que responderam o questionário, podemos afirmar que quatro deles são integrantes da população negra. Visto que, de acordo com o IBGE a população negra é resultado da soma dos pardos e pretos, não existe a cor negra no censo, o que dificulta a autoidentificação da população.

Outro destaque foi um dos alunos que se autoidentificou preto, algo muito difícil, visto que socialmente, tudo que é relacionado à cor preta é ruim, é tido como algo negativo, o que faz com que a criança se distancie da sua identidade, e dessa forma ocorra um processo de embranquecimento.

Esse pensamento é muito comum e problemático quando nos referimos à identidade do ser negro/a, pois existe uma carga emocional e simbólica muito negativa em torno da cor da pele, que, como consequência do racismo, retira a condição humana do negro/a, o desumaniza (Gomes, 2003).

Diante disso – e não querendo carregar os estereótipos negativos a ele designados –, o negro/a tem vergonha de si mesmo, o que desperta um desejo de branqueamento para fugir e fantasiar outra identidade, que não está bem construída, colocando-a em dúvidas até a fase adulta. É, enfim, uma realidade que nos é posta e que não é fácil de apagar, já que estamos falando de uma construção histórica, cultural e social em meio a uma sociedade racista.

Para Munanga (2009), o processo de embranquecimento contribuiu para desenvolver, no branco, um complexo de superioridade e, no negro, em contrapartida, um

complexo de inferioridade. Sendo estabelecido então um círculo vicioso, isto é, quanto mais profundos os traumas do racismo, mais o negro adaptava seu comportamento e atitudes de acordo com a ideologia do branqueamento.

Quando questionados sobre se já tinham sofrido preconceito, de cinco alunos, quatro deles responderam que já sofreram algum tipo de preconceito, enquanto apenas um respondeu que não sofreu. Dos alunos que responderam que já sofreram preconceito, os resultados foram por parte de amigos e família. Ao serem vítimas dessas situações, os sentimentos foram de tristeza, desrespeito ou ignoraram a situação.

Munanga (2009) entende que a identidade negra não é apenas uma divisão de luta dos oprimidos, pois a população negra tem questões particulares e específicas que apenas ela pode solucionar, embora conte com a solidariedade de outros grupos da sociedade. Entre as especificidades dos/as negro/as estão à alienação de seu corpo, de sua cor, de sua cultura e de sua história, ocasionando sua “inferioridade”, baixa autoestima, não reconhecimento e falta de consciência histórica e política.

Conforme os estudos de Gomes (2003) faz-se necessário constituir uma identidade positivada em uma sociedade racista que, historicamente, sempre negou e silenciou esse ser negro/a, pois, para se integrar e ser aceito socialmente, primeiro é preciso negar-se a si mesmo. A produção da invisibilidade tanto histórica quanto cultural naturaliza o tratamento e o sentimento discriminatório e racista sobre a população negra.

No entanto, ainda na visão de Gomes (2003), muitos negro/as aprendem desde cedo a posicionar-se e a reagir à discriminação racial e acabam despertando um sentimento de pertencimento a determinado grupo étnico/racial, de forma consciente ou não. Essas marcas discriminatórias e racistas ficam internalizadas, mesmo depois de adultos, pois a ausência das discussões raciais, tanto na escola como fora dela, reafirma sentimentos e representações negativas em torno do ser negro/a e acaba perpetuando a cordialidade do “racismo à brasileira”.

Ao perguntar se os professores tinham conhecimento sobre o preconceito, os cinco alunos responderam que o professor não tem conhecimento dessas ações. E como providência, um respondeu que o professor não faz nada, dois que ele pune o aluno e dois responderam que o professor pede para eles não se importarem.

A naturalização de tais agressões racistas é nítida, podendo ser internalizadas pelo negro/a – o que pode propiciar uma inferioridade em relação ao outro. Por isso, precisamos ressaltar a autoestima e a identidade do ser negro/a de maneira positiva (Gomes, 2003).

De acordo com Munanga (2009), o processo de construção identitária negra é muito mais complexo, plural e instável. Apesar das marcas negativas deixadas pelas discriminações sofridas, o negro/a tenta reconstruir e elevar sua estima e sua imagem positivamente – portanto, existem vários espaços que irão interferir nesse processo de afirmação e ressignificação do ser negro/a.

Contudo, é necessário abrir o diálogo sobre a questão racial nos espaços formais e não formais de educação para construir uma identidade étnico/racial afirmativa a partir de sua cultura, sua história, seus anseios, pautados numa visão bem realista e não romântica, desmistificando o mito da democracia racial e o racismo cordial presentes na sociedade brasileira.

Com relação ao trabalho do professor sobre questões raciais em sala de aula, os cinco alunos responderam que sim, eles abordam por meio da semana da consciência negra, jogos e discussões de textos didáticos.

No entanto, a questão étnico-racial não deve ser tratada apenas nas datas comemorativas ou com atividades pontuais, mas é necessário ser trabalhado dentro do currículo da escola e transversalizar todas as disciplinas, por exemplo, se estudamos a História da Europa, por que não estudar também a História da África? Com a aprovação da lei nº 10.639/03, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As instituições sociais são chamadas a se posicionar contra o racismo – o movimento negro

tem cobrado fortemente esse posicionamento –, e a escola é uma delas, sendo direito social e responsável pelo processo de formação humana.

Acredita-se que a superação do racismo e da desigualdade racial possibilitará transformações éticas e solidárias para toda a sociedade e permitirá o efetivo exercício da justiça social e da cidadania que respeite e garanta o direito à diversidade. Acredita-se, também, que esse processo poderá proporcionar uma reeducação social e cultural dos brasileiros no trato com a diversidade, questionando e problematizando o mito da democracia racial. Mas para que isso aconteça faz-se necessária a construção, na prática, de oportunidades e tratamento iguais para negro/as e brancos (Gomes, 2010, p.102).

No entanto, é contraditório, uma vez que os professores trabalham este tema em sala, mas não intervêm quando um aluno sofre racismo e/ou preconceito, visto que a tendência natural seria a intervenção do professor, pressupondo que ele teria um olhar mais sensível sobre estes atos.

Os professores precisam trabalhar questões voltas às diferenças, reconhecendo que o racismo está sim dentro do ambiente escolar, além disso, é importante o auxílio desses profissionais no enfrentamento das experiências de humilhação que as crianças negras sofrem por meio do acolhimento e valorização dos elementos afrodescendentes e do resgate histórico.

Como afirma Severino (2010), se na escola não são utilizados materiais pedagógicos que retratem a história dos personagens negros, os livros didáticos podem gerar na criança negra uma imagem distorcida de si e de sua própria história.

Após analisarmos os questionários dos alunos, apresentamos agora as entrevistas com os professores, neste separamos em três categorias, como já mencionadas anteriormente, a saber: “escola e identidade negra”, “racismo na escola” e “formação continuada e relações étnico-raciais”.

a) “escola e identidade negra”



Ao serem indagados sobre a influência que a escola exerce na formação da identidade negra de seus alunos, podemos perceber na fala dos sujeitos entrevistados que não há clareza de como ela desempenha esse papel, pois estes deram respostas vagas, chegando, inclusive, a fugir do foco da pergunta que se trata da questão racial. Como expressa na fala do professor 1 “Desde quando a criança chega na primeira infância os pais tem que na ficha de matrícula, conhecer sua identidade onde terão que responder um questionário afirmando os itens de acordo com sua cor.” (Professor 1).

Já a professora 2 afirma que “A escola age como um elo entre a valorização das raças ou etnias pois, é dentro dela que estas se entrelaçam e compartilham saberes e a escola busca enfatizar o respeito na formação da identidade negra promovendo projetos”

Não apenas envolvendo projetos como afirma a professora 2, mas é um tema que precisa ser trabalhado de maneira transversal e que deve estar no currículo escolar atrelado ao Projeto Político Pedagógico da escola, desta forma, cumprindo e aplicando a lei 10639/03 e não negando este conhecimento ao seu aluno. E não tratando apenas em datas pontuais, o que dificulta a criança negra a se autoconhecer enquanto negro/a.

Considerando esse contexto, Severino (2010) afirma que a escola deveria proporcionar oportunidades para que os alunos expressem suas vivências, permitindo a ele aprofundar seus conhecimentos, respeitar a diversidade cultural existente em nosso país, e a partir disso, (des)construir sua identidade, resgatando suas origens e história, levando em consideração os direitos humanos, e sendo capaz de favorecer a convivência com o diferente.

De acordo com Gomes (2012), a Lei nº 10.639/03 pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem como objetivo afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e práticas escolares e afirmar a história, a memória e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares. Já a fala do professor 3:



“A escola tem influência em tudo, juntamente com a sociedade e mídia. Acredito que cada escola faça um trabalho diferente, com orientação. Mas que precisa de ajuda, tanto dos pais, da mídia, como dos próprios alunos que tem autonegação”.

Destaca-se que não apenas a escola é responsável pela identidade negra, mas as outras interfaces como a mídia, família, organização não governamentais também são responsáveis por essa coeducação e auto identificação.

Vale ressaltar a importância dos espaços não formais na construção da identidade negra, que, muitas vezes, não são considerados e percebidos como afirmativos e significativos por aqueles que não têm acesso, seja na família, nos espaços políticos, nas ONGs, nos grupos culturais, entre outros (Gomes, 2003).

Por outro lado, Gomes (2003) relata que a escola não é apenas o lugar permitido para que a educação aconteça, nem o professor o detentor de todo saber e único responsável pela sua prática, considerando que há diferentes e diversas formas e modelos de educação. Aponta, ainda, ser importante refletirmos sobre esse processo, sejam eles escolares ou não escolares, pois muitas vezes existem práticas educativas que acontecem paralelamente à escola – por exemplo, nas ONGs, nos movimentos sociais, nos grupos juvenis, entre outros – que precisam ser legitimadas e consideradas pelos educadores escolares e que necessitam ser estudadas nos processos de formação de professores.

#### b) “racismo na escola”

Quando questionado se existe racismo na escola e como ele se apresenta, um entrevistado acredita que o racismo seja velado devido o respeito que deve existir no ambiente escolar como relata o professor 2 “Sim, na escola o racismo é velado talvez devido as aulas voltadas para o respeito racial e a valorização humana”.

Enquanto dois dos entrevistados acredita que não, como nas palavras do professor 1 “Graças a Deus não. Cada um tem consciência de que racismo é crime”. Já o professor 3 acredita que exista conscientização, tanto da parte dos alunos como dos professores,



que racismo é crime, mas caso aconteça, eles têm estratégias para lidar com essa situação como nas palavras abaixo:

“Tudo que acontece na escola onde eu trabalho é comunicado a todos os professores, ainda não aconteceu racismo em nossa escola, e temos alunos bem diferentes, mistos. Quando algo acontece, os professores buscam estratégias para apaziguar a situação, e fazer aulas diferenciadas para conscientização. E ainda comunicado aos pais” (Professor 3).

Quando identificadas atitudes racistas, percebemos nas falas dos sujeitos que seu trabalho seja a nível de orientação, projetos e atividades diárias por meio dinâmicas e palestras voltadas para o tema como afirma o professor 2 “Promovendo projetos voltados para o tema e atividades diárias na sala de aula”, percebe-se que em relação aos outros entrevistados, o professor 2 tem uma leitura mais crítica em relação ao racismo e das questões étnico-raciais. O racismo surge quando a escola defende a ideia de que temos uma cultura uniforme ao invés de reconhecer, valorizar e trabalhar a enorme diversidade cultural brasileira como relata os professores 1 e 3 “Procuramos orientar da melhor maneira possível os nossos educandos, que devemos respeitar o outro como ele é, independente da raça” ( Professor 1); “Trabalhamos questão racial, bullying, estética (obesidade), etc. Com dinâmicas, palestras, vídeos, e muita orientação” (Professor 3).

A escola é considerada um dos espaços sociais que os alunos se defrontam de forma mais contundente com a experiência do racismo e da discriminação racial. As situações de rejeições enfrentadas pelos alunos negros juntamente com o silêncio dos professores, geram sequelas na autoestima dos alunos, repercutindo de maneira negativa no seu desempenho escolar e no seu desenvolvimento no processo de aprendizagem, sendo ainda, um dos fatores que contribuem para a evasão escolar.

A escola é o espaço ideal para promover discussões, estudos, reflexões e propagação dos princípios da diversidade através de atividades extracurriculares, possibilidades a exposições, reprodução de filmes, dentre outras inúmeras atividades que permitem tratar sobre o tema de forma que contribua para o reconhecimento e respeito a

história da população negra. (JESUS, 2012). Os livros ainda retratam os (as) negros(as) em situações estereotipadas, como por exemplo, batucando, sambando ou jogando basquete, como se os negros só fizessem isso. Existem poucos livros que trazem personagens negros, e alguns desses, repetem preconceitos e estimulam comportamentos discriminatórios.

Segundo Gomes (2012), a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. O silêncio diz de algo que se sabe, mas não se quer falar ou é impedido de falar.

Ainda de acordo com a mesma autora, a introdução da Lei nº 10.639/03, não como mais disciplinas e novos conteúdos, mas como uma mudança cultural que poderá romper com o silêncio e desvelar esse e outros rituais pedagógicos.

### c) “Formação continuada e relações étnico-raciais”

Ao serem questionados sobre se a formação do professor o capacita para lidar com essas questões, percebemos o grande déficit no que diz respeito à formação dos profissionais da educação voltada para a temática racial. Encontramos, como na fala do professor 1, “De certa forma sim, mas tenho muito zelo, ou seja, é um tema muito delicado”, insegurança para falar sobre o tema, despreparo e pouca importância dada por eles, tendo em vista que não é um assunto em foco para a educação dos alunos. Um dos entrevistados afirma que não há formação para que eles sejam capazes de abordar o tema com facilidade, tanto na graduação, como na política da secretaria de educação do município em que trabalham como afirma o professor 3 “Não existe. E peca em não ter, porque os professores estão despreparados para caso ocorra uma situação dessas, e deve acontecer. Não sabem como agir.”



Nas palavras de Gomes (2012), faz-se necessário descolonizar os currículos, pois sabemos como se dá a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos.

A principal intervenção da escola na (des)construção da identidade do aluno negro é a imagem do professor, conforme Severino (2010). Contudo, sabe-se que há pouca, ou quase nenhuma dependendo da política do Estado, capacitação da classe docente para gerar discussão sobre o tema. Consequentemente, a escola ainda é um espaço de muitas diferenças que a impossibilita de facilitar ao aluno, fundamentos promissores na (des)construção de sua identidade.

A identidade é construída, de acordo com Hall (2002) ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, embora haja sempre algo imaginado ou fantasiado, permanecendo incompleta, pois está sempre sendo formada. Ao invés de falarmos sobre a identidade como algo acabado, pode-se falar de identificações e vê-la como algo que está em processo, em andamento. Dessa forma, a identidade vai sendo preenchida ao longo do tempo pelas formas através das quais os outros nos veem.

A escola tem papel importante a cumprir nesse debate da identidade negra, pois de acordo com Gomes (2012), esta é uma das formas de interferir pedagogicamente na construção de uma pedagogia da diversidade e garantir o direito à educação e saber mais sobre a história e cultura africanas e afro-brasileiras, nos ajudando a denunciar o racismo, rompendo com o mito da democracia racial e com o silenciamento das relações ético-raciais na escola e nos currículos.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo, foi transmitida a ideia de que vivíamos em uma democracia racial, mas basta parar e refletir sobre os indicadores para perceber que ainda hoje o racismo e a discriminação racial impossibilitam que os negros tenham as mesmas



oportunidades que os brancos. O mito da democracia racial em que vivemos em uma sociedade que não existe desigualdade e nem preconceitos só fez com que as discriminações praticadas com base nas diferenças raciais se tornassem ocultas.

Diante deste contexto, infelizmente a ideologia do branqueamento e o mito da democracia racial, que tem como base a mestiçagem, surte muito efeito e tem adesão da população brasileira, tornando-nos um país multicromático, como definiu Munanga (2009). Nesse sentido, para muitos brasileiros, passa a ser preferível ser chamado de “moreno” – e todos os seus derivados – do que ser identificado como negro/a. Isso pode forjar, ainda no olhar de Munanga (2009), uma realidade racial e uma identidade procurando uma maneira ou uma palavra de se aproximar do modelo tido como superior branco.

De acordo com Gomes (2003), na busca incessante de sua identidade, o/a negro/a/a poderá desvincular-se de sua imagem de inferioridade a partir do momento em que ele se coloca no mesmo patamar de igualdade com os demais oprimidos, pois, para o autor, essa é a condição inicial para uma luta coletiva.

Gomes (2003) afirma que a identidade negra é uma construção social, histórica, cultural e plural. Significa a construção do olhar de um grupo ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial sobre si mesmo, a partir da relação com o outro; ou seja, partindo desse pressuposto, essa construção da identidade negra se dá pelo olhar de si e do outro.

Desta forma, o principal objetivo deste trabalho foi verificar como o trabalho do professor interfere na (des)construção da identidade negra dos alunos em sala de aula, entendendo que é na escola que o aluno começa a buscar suas primeiras referências para um reconhecimento de si dentro da sociedade, assim, buscou-se problematizar a influência da escola na formação da identidade negra.

Com a realização desta pesquisa, percebemos o quanto as questões raciais ainda são silenciadas no ambiente escolar, a dificuldade encontrada para falar sobre o tema com



os professores, podemos perceber que a escola tem papel importante na formação da identidade dos alunos, porém, ainda não é uma prática comum e ativa na didática dos professores.

Com isso, espera-se promover a ampla discussão sobre questões raciais na escola, contribuir para a implementação da Lei 10.639/03, ajudar no processo de conscientização dos sujeitos a cerca das práticas raciais não somente no contexto escolar, e participar do processo de fortalecimento da identidade negra.

### REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. da S.; LEHFELD, N. A. de S. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Prentice-Hall, 3.ed. 2007.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. K. *A pesquisa qualitativa em educação*. 1994.

BRASIL. *Lei n.10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, p.1, 2003.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson, 2006.

ERIKSON, E. H.; VERONESE, M. A. V. *O ciclo de vida completo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRANCO, M. A. S. *Pedagogia da pesquisa-ação*. *Educação e pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 483-502, 2003.

GOMES, J. B. *Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001.

GOMES, N. L. *Professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. *Educação e pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 167-182, 2003.

\_\_\_\_\_. *Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade*. *Cadernos Pagu*, n. 6/7, p. 67-82, 2010.

\_\_\_\_\_. *Movimento pela educação de jovens e adultos nas Confindeas e seus desafios para a política educacional*. 2012.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 6.ed; 2001.

\_\_\_\_\_. *A identidade em questão*. *A identidade cultural na pós-modernidade*, v. 10, 2002.



INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL, 5 ELEMENTOS. e Cols. *Psique & Negritude – Os efeitos psicossociais do racismo*. São Paulo: Instituto AMMA e Imprensa Oficial, 2008.

JESUS, J. G. de. *Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada*. Psicologia e saber social. p. 163 – 186, 2012.

MARTINS, E; SANTOS, A. O; COLOSSO, M. *Relações étnico-raciais e psicologia: publicações em periódicos da SciELO e Lilacs*. Psicologia: Teoria e Prática, p. 118-133, 2013.

MUNANGA, Kabengele (org) *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

\_\_\_\_\_. Educação e diversidade cultural. *Cadernos PENESB*, v. 10, p. 37-54, 2009.

OLIVEIRA, I; SILVA, P.; PINTO, REGINA (org) *Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa/ANPED, 2008.

SEVERINO, A. J. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2010.

SILVA, Hédio. *Discriminação Racial nas Escolas: entre*. Discriminação racial nas escolas, 2008.

*Recebido em setembro de 2017  
Aprovado em dezembro de 2017*